

# DINÂMICA DEMOGRÁFICA E CIDADES DE PORTE MÉDIO NA CONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA DO ESTADO DO PARANÁ

Dra. Sandra Cristina Ferreira

Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná/UNICENTRO/Brasil

## Resumo

A rede urbana enquanto uma produção social, expressa o movimento da sociedade que a produz. Entendemos que a dinâmica e o padrão da rede, podem sofrer alterações através do tempo, por meio das ações dos grupos sociais, políticos e econômicos como profícuos instrumentos de transformações, funcionando como disseminadores ou inibidores do desenvolvimento e das inter-relações socioespaciais. Nesse sentido, apresentamos nesse texto, uma discussão em torno da dinâmica populacional e a formação da rede de cidades no estado do Paraná. Ressaltamos o viés político e econômico na definição das urbes que se tornariam as maiores centralidades no referido estado, constituindo uma rede urbana encabeçada pela capital, uma cidade grande e cidades de porte médio ocupando posições hierárquicas mais relevantes.

**Palavras-chave:** Rede Urbana, Cidade de Porte Médio, Dinâmica demográfica, Estado do Paraná

## Introdução

A configuração da rede urbana brasileira, resulta de uma combinação de processos desiguais deflagrados em tempos e espaços distintos. Alguns períodos em especial, evidenciam ações políticas que ocasionaram transformações econômicas e sociais que contribuíram para a formação socioespacial do país, para a expansão da urbanização e produção da rede urbana.

Dentre os processos e agentes produtores do espaço urbano no Brasil, destacamos aqueles mais recentes que remontam ao final do século XIX e início do século XX como: os processos de urbanização e industrialização e dentre os agentes destacamos , os grupos sociais, o Estado em escala municipal, estadual e federal e os agentes econômicos do capital nacional e internacional. Quanto aos períodos, pautamo-nos no contexto que vai do início do século XX ao século XXI, quando ocorreram mudanças significativas na Divisão Territorial do Trabalho, em função da incidência e expansão no espaço, ao longo do tempo, dos meios técnicos, científicos e informacionais, estabelecendo, assim novas perspectivas para a configuração da rede urbana.

Numa sucinta análise periodizada, entendemos que a expansão do modelo de desenvolvimento econômico pautado na industrialização e a

formação do Brasil urbano se intensificou a partir de desfechos econômicos referentes à cafeicultura como preponderantes para a acumulação de capital e a fomentação das bases políticas, econômicas para a indústria e a urbanização, tendo a cidade de São Paulo como o principal centro disseminador desses processos. A partir do estabelecimento da cidade como local de moradia e concentração de atividades econômicas, vários foram os fatores que desencadearam o aumento do número de urbes e sua expansão para o interior do país, tais como: a criação de órgãos e instituições governamentais, em grande parte vinculadas ao planejamento, além de empresas estatais nos setores de energia, siderurgia, entre outras, que deram suporte à efetivação da indústria e à urbanização no país. Essas empresas, além da produção, geravam um quadro significativo de empregos capacitando um grupo significativo de pessoas para o consumo enquanto muitos permaneciam à margem dessa “modernização”.

Do ponto de vista estrutural, até aproximadamente a década de 1970, os planos de governo, principalmente o Plano de Metas, constituíram as bases de infraestruturas em energia, transportes e comunicação para a implantação de indústrias de capital estatal e privado, sendo este último de origem nacional e estrangeiro para a consolidação do modelo urbano industrial. No que se refere às cidades, em início da década de 1970, por meio do Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio o PNCCPM, integrante do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana do Ministério de Planejamento (CNPU), o governo estabeleceu intervenções para incentivar a interiorização e a dinamização de áreas tidas como estagnadas com a finalidade de criar novos centros de desenvolvimento no território, frear a migração rumo às metrópoles e incentivar a expansão do número de cidades de porte médio.

Com a Nova República, o referido programa encerrou em 1986. Como proposta do novo governo, em 1987, o programa passou a ser denominado “Fortalecimento de Núcleos Urbanos Intermediários”. Esclarecemos que nos programas de governo, foi considerada de porte médio as cidades com população superior a 50 mil habitantes. O IBGE estabelece critérios demográficos para a definição do porte das cidades como sendo pequeno

aquelas com até 100 mil, médio as cm população entre 100 e 500 mil e grande aquelas com mais de 500 mil habitantes.

No estado do Paraná, além da capital foram selecionadas pelo PNCCPM as cidades de Cascavel, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá e Ponta Grossa. No entanto, por meio do PDU-PR (Políticas de Desenvolvimento Urbano do Paraná), foram identificadas em âmbito estadual as cidades que deveriam se converter nas principais polaridades paranaenses, apoiadas pelos investimentos propostos pelo I PND do governo federal, delineando, assim, o percurso para a consolidação das mesmas. Entre as cidades elencadas no PDU/PR, Guarapuava não fazia parte como no PNCCPM, mas, somente Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Paranaguá. Torna-se relevante lembrar, que além da referência ao porte enquanto parâmetro demográfico, algumas dessas cidades vieram a desenvolver características qualitativas agregando bens e serviços mais sofisticados, assim como, manifestando o poder de atração de investimentos econômicos e pessoas com poder aquisitivo para residirem em seus espaços, estabelecendo assim, uma outra perspectiva de definição dessas cidades entendidas como médias. No entanto, nesse trabalho, não adentraremos a esse universo teórico e metodológico pois estabelecemos como centro dessa discussão, a questão demográfica e o nível de centralidade das urbes na rede.

As medidas adotadas em relação ao fortalecimento das cidades de porte médio tinham por objetivo na época em que foram pensadas, eliminar ou minimizar a macrocefalia como característica da urbanização brasileira. No Paraná, as atividades e maior contingente populacional se concentram nas cidades de porte médio, em uma cidade grande e na capital. Tais urbes, distribuídas pelo espaço paranaense, exercem centralidade sobre uma grande quantidade de pequenos centros urbanos com população inferior a 100 e 50 mil habitantes como apresentaremos no decorrer desse artigo que tem por objetivo, evidenciar a dinâmica demográfica e as principais cidades na configuração da rede urbana no estado do Paraná como importantes nós na rede quanto a distribuição de bens e serviços à população.

Empregamos para o desenvolvimento desse artigo, além das referências teóricas, dados e informações sobre a dinâmica demográfica e o aumento do número de cidades no estado, assim como, os estudos sobre as cidades na rede urbana realizados em 1966, 1978, 1993 e 2007 pelo IBGE

(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) por meio do REGIC (Região de Influência de Cidades). O referido estudo oferece dados e fundamentos teóricos e metodológicos que permitem o entendimento da dinâmica da rede urbana em território nacional e o aprofundamento investigativo sobre o recorte espacial por nós priorizado. Tal estudo evidencia as maiores centralidades na rede urbana do estado e que estas, convergem com as urbes priorizadas pelos programas de governo iniciados na década 1970 para o desenvolvimento urbano, assegurando o viés político na formação e desenvolvimento da rede urbana paranaense.

### **Pressupostos histórico-geográficos na formação e desenvolvimento da rede urbana paranaense: aportes metodológicos**

O surgimento das cidades e o desenvolvimento da rede urbana no Paraná, estão estreitamente ligados aos processos histórico e geográfico de sua ocupação incentivado pelas atividades econômicas e pelas políticas territoriais brasileiras. Inicialmente, as atividades predominantes estavam vinculadas às vantagens naturais como a mineração, a extração da erva-mate e da madeira, a criação de gado e a cafeicultura. Essas atividades foram desenvolvidas por agentes distintos em tempos e lugares também distintos, mantendo as cidades desarticuladas e uma economia oscilante e dependente de mercados externos ao estado e ao país. Essa condição passou a ser revertida a partir de meados do século XX com os processos de modernização agrícola, investimentos em infraestruturas em redes de transporte, energia, comunicação e o estímulo à industrialização no Paraná.

A configuração espacial atual com a distribuição populacional e das cidades expressa a maneira como o estado foi sendo espacialmente ocupado, produzido e transformado, desde as primeiras iniciativas no litoral, nos séculos XV a XVI, à formação do Paraná Tradicional com a ocupação dos Campos de Curitiba (século XVII), Campos Gerais (século XVIII); Campos de Palmas e Guarapuava (século XIX); região Norte Velho ou Pioneiro (final do século XIX à aproximadamente 1930); Norte Central ou Novo (entre 1920 e 1940); Norte Novo ou Noroeste (início da década de 1940) e Sudoeste do estado (1950-60).

A formação das cidades ocorreu segundo singularidades quanto à geografia e à sociedade que se formavam, incluindo, o dinamismo econômico dos grupos locais frente às transformações de ordem político-econômicas

oriundas de escalas mais amplas. Dessa forma, constituiu um espaço heterogêneo e fragmentado, resultado de uma ocupação lenta e descontínua (PADIS, 2006), formando a base para a configuração da rede urbana enquanto “um produto e uma condição social historicamente construída” (CORRÊA, 1997, p.8).

A formação territorial diferenciada além das questões econômicas é pautada nas ações governamentais expressas em projetos de “colonização” e, reforçadas pelas políticas de desenvolvimento econômico com áreas prioritárias definidas na década de 1970 e que até a reestruturação econômica dos anos 1990 e 2000, pode-se observar que as regiões mais dinâmicas e mais urbanizadas do Paraná permanecem centradas nos mesmos municípios priorizados em 1970 (MOURA, 2009), e que emergiram como polos econômicos conforme poderá ser confirmado no decorrer desse texto.

A partir daquela década, em virtude das mudanças estruturais referentes à economia, a intensa dispensa de mão-de-obra rural e à expansão da fronteira agrícola para o Sudoeste encaminha-se a definição da ocupação territorial no estado. Concomitante, deflagra-se a modernização e diversificação agrícola, o movimento campo-cidade, a concentração populacional em algumas cidades, a urbanização e a industrialização. É, sobretudo a partir da década de 1970, que podemos pensar na organização do que seria o Paraná moderno sob as determinações políticas e econômicas que afetaram de maneira diferenciada seu espaço e sociedade.

Até a década de 1960, existiam dois “Paraná”, o do Norte cafeeiro e o restante do estado, ambos desarticulados em suas próprias regiões e em relação à economia nacional, embora com uma incipiente produção industrial (IPARDES<sup>1</sup>, 1982). Nos anos de 1970, tendo como suporte os projetos iniciados na década anterior<sup>2</sup>, o Paraná recebeu incentivos à expansão industrial com investimentos do governo estadual e federal, pautados na concessão de benefícios físicos, fiscais e financeiros, e apoio político, resultando numa relativa inversão quanto à situação geográfica do comando da atividade econômica, que nas décadas de 1960 e 70 era representada pela economia

---

<sup>1</sup> Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

<sup>2</sup> Na década de 1950 foi implementado o Plano de Desenvolvimento do estado do Paraná (PLADEP) com a primeira iniciativa de industrialização do estado; na década de 1960, foram criadas várias estruturas de apoio ao desenvolvimento do Paraná como a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) e, como apoio financeiro, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE).

norte paranaense e que passou a ser liderada por Curitiba e região metropolitana (IPARDES, 1982).

A Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná (PDU) formulada em 1972 para consubstanciar alternativas ao equilíbrio territorial entre os centros urbanos, identificava na época como área mais forte do estado as centralidades de Londrina e Maringá, formadas por numerosos centros de diversas ordens articulados entre si. E, outra área forte, a de Curitiba, com um vasto conjunto de cidades subordinadas em seu entorno. No restante do território, despontavam as regiões Sudoeste e Oeste, que se revelavam como áreas com potencialidade econômica (PARANÁ, 1974).

Com a finalidade de assegurar o equilíbrio econômico e o fortalecimento da rede de cidades no Paraná, foram propostas pelo governo três alternativas de desenvolvimento para um conjunto de cidades paranaenses. As políticas foram denominadas: polinuclear, biaxial e tripolar. O sistema polinuclear visava reforçar as centralidades identificadas, ou seja, as cidades que demonstrassem ter centralidade e influência regional bastante expressiva; o sistema biaxial visava reforçar eixos de exportação integrando-se às metas do I Plano Nacional de Desenvolvimento.

A atividade urbana se integraria a partir de Curitiba formando, junto com Paranaguá e Ponta Grossa, em direção ao Norte, até as cidades de Londrina e Maringá, um corredor de exportação. E outro também rumo à direção Oeste até as cidades de Cascavel e Toledo. Esta alternativa valorizaria as conexões e os fluxos entre os diversos pontos do território paranaense, criando uma rede contínua de relações entre as áreas melhor articuladas e as áreas passíveis de grande desenvolvimento. O sistema tripolar objetivava fortalecer três polos de dinamismo.

O primeiro polo compreendeu a cidade de Curitiba, somado à potencialidade do Centro Industrial da Transformação de Ponta Grossa. O segundo polo é formado pelas cidades de Maringá e Londrina, as quais dariam atendimento a todo o Norte do Estado. O terceiro pólo fica no eixo das cidades de Cascavel e Guaíra provocando a concentração daquelas atividades necessárias a suportar e impulsionar o dinamismo do Sudoeste e do Oeste paranaense. (PARANÁ, 1974, p.41).

As três políticas evidenciam que se destinavam as cidades anteriormente apontadas como relevantes. Portanto, as demais regiões seguiriam gravitando no entorno dessas centralidades com superioridade econômica e populacional. A partir desse período, o estado passa gradativamente a expandir e aprofundar o conteúdo técnico-científico e

informacional construindo, assim, uma rede de infraestruturas imprescindíveis à criação de condições para a expansão do número de cidades, entre elas, as de porte médio e aquelas que se tornariam cidades médias.

A existência de cidades de porte médio e, principalmente, as cidades médias dariam suporte ao desenvolvimento de uma rede urbana com possibilidades de realizar interações espaciais com o Brasil e o mundo, por meio das modernas redes de transporte, telecomunicação e a tecnologia da informação. A dinâmica demográfica do Paraná aponta para a concentração dos fluxos populacionais em consonância à concentração de infraestruturas, bens e serviços que dariam suporte à consolidação do modelo urbano industrial preconizado.

### **Dinâmica demográfica e a consolidação do Paraná urbano**

As atividades agroindustriais até a década de 1960, que estavam ligadas basicamente à produção primária e de baixo grau de elaboração, como é o caso do beneficiamento de produtos agrícolas como madeira, erva-mate e café (PADIS, 2006), passaram gradativamente a uma produção mecanizada e diversificada criando bases para a ampliação da divisão territorial do trabalho.

Além do movimento demográfico campo/cidade iniciado entre 1960 a 1970, a população paranaense dobrou de quantidade, passando de 2.115.547 para 4.268.239 habitantes (LUZ, 1988, p. 68). O aumento demográfico no estado foi conseqüência, em grande parte, da ação bem sucedida de companhias colonizadoras nas regiões Norte, Noroeste e, por último, no Sudoeste para onde se dirigiu o fluxo migratório mais recente. De oitenta cidades existentes em 1950, elevou-se o número para 162 na década de 1960 (IBGE, 1950, 1960). Apesar do aumento populacional e do número de cidades nessa década, não se caracterizou um rápido processo de urbanização, pois, das 162 cidades, 114 tinham menos de cinco mil habitantes. A maioria das pessoas ainda vivia no meio rural e as cidades eram carentes em serviços e mercadorias, ou seja, de um setor terciário (MOURA, 2004). Na década de 1970, o número de cidades chegou a 288, abrigando 2.504.378 habitantes, enquanto na zona rural, a população ainda era de 4.425.490 habitantes.

As políticas de desenvolvimento vinculadas ao I e II PND, voltadas para a criação de indústrias, segundo o modelo nacional, em concordância com o

governo estadual, priorizaram investimentos em infraestrutura de energia e transporte para criar condições de atração de indústrias segundo a política de desconcentração industrial do Sudeste ou novas plantas industriais, de outros estados ou países. Como parte do processo de modernização do país, a agricultura paranaense<sup>3</sup> se tornaria cada vez mais capitalizada, com novas tecnologias em fertilizantes, defensivos agrícolas, máquinas e equipamentos para a produção que voltou-se para a diversificação e exportação.

Na região Norte paranaense, por exemplo, enquanto a economia cafeeira se esgotava, novas culturas agrícolas foram sendo introduzidas como a soja e o trigo. Estes produtos estavam vinculados às atividades agroindustriais e assim ocorreu a transferência em massa de pessoas do campo para as cidades dessa região, intensificando o processo de urbanização. Londrina, como a maior cidade desse contexto, no início da década de 1960, ao contrário de outras cidades no estado, tinha população urbana superior à rural, sendo 77.382 e 57.439, respectivamente (IBGE, 1970), e atingiu o número de 100 mil habitantes na área urbana em meados dessa mesma década.

Essa dinâmica urbana e populacional não ocorreu de maneira homogênea no espaço geográfico paranaense. No Centro Sul do Paraná, por exemplo, uma região de ocupação mais antiga com formação socioespacial e econômica vinculada ao tropeirismo, extração e transformação da madeira e erva-mate, os impactos desse processo de modernização agrícola, urbano-industrial aconteceram mais tardiamente. Guarapuava, como maior cidade dessa região, atingiu concentração urbana superior à rural na década de 1980, com 89.951 urbana e rural de 68.636, destacando-se entre as cidades paranaenses com maior número de habitantes, ultrapassando, em 1980, os 50 mil na área urbana e atingindo mais de 100 mil na década de 1990, quando tornou-se uma cidade de porte médio segundo os parâmetros do IBGE.

---

<sup>3</sup> Alertamos para o fato de que a modernização agrícola, embora tenha alcançado grande parte das lavouras, se deve prioritariamente às grandes propriedades com produção voltadas para a agroindústria e para a exportação. O nível e a intensidade de modernização foi diferenciado quanto às propriedades e às regiões do país. No caso do Paraná, a atuação das cooperativas reforçaram e estimularam a modernização da produção.



<b>Quadro 01: Dinâmica populacional do Paraná (1940-2010)</b>				
<b>Ano</b>	<b>População Urbana</b>	<b>População Rural</b>	<b>Grau de Urbanização</b>	<b>Total</b>
<b>1940</b>	302.272	934.004	<b>24%</b>	<b>1.236.276</b>
<b>1950</b>	528.288	1.587.259	<b>26%</b>	<b>2.115.547</b>
<b>1960</b>	1.305.927	2.962.312	<b>28%</b>	<b>4.268.239</b>
<b>1970</b>	2.504.378	4.425.490	<b>36%</b>	<b>6.929.868</b>
<b>1980</b>	4.472.561	3.156.881	<b>42%</b>	<b>7.629.392</b>
<b>1990</b>	6.197.953	2.250.760	<b>78%</b>	<b>8.448.713</b>
<b>2000</b>	7.786.084	1.777.374	<b>81%</b>	<b>9.563.458</b>
<b>2007</b>	-	-	<b>84%</b>	<b>10.284.503</b>
<b>2010</b>	8.912.692	1.531.834	<b>85%</b>	<b>10.444.526</b>

Fonte: Censos demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010. Contagem e estimativa da população 2007.

No decorrer da década de 1980, além do gradativo aumento demográfico, a população urbana paranaense tornou-se maior que a rural. A migração intensa desencadeou problemas urbanos e socioambientais, pois, a maior parte das pessoas se dirigiram para a periferia das maiores cidades paranaenses que, na época, correspondiam a Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, com mais de 100 mil habitantes, e Guarapuava, São José dos Pinhais, Colombo, Apucarana, Paranavaí, Umuarama com população entre 50 e 100 mil habitantes (IBGE, 1991).

A partir dessa década (1980), o aumento populacional geral no estado não vincula-se mais a processos migratórios ou de colonização, mas, a fatores como melhoria nas infraestruturas urbanas com as redes de água, esgoto e das condições sanitárias, investimento na área de saúde e crescimento vegetativo (IPARDES, 1982). Como podemos observar no Quadro 01, após a década de 1970 foi rápida a transição do Paraná de rural para urbano.

O movimento populacional, entre os anos de 1970 e 1990, elevou o número de habitantes na área urbana e o grau de urbanização de 36% para 78% respectivamente, prosseguindo em elevação até o início do século XXI, quando, com 399 cidades, atinge 81% de urbanização em 2000, 84% em 2007 e 85% em 2010 (IBGE, 2000, 2010).

Entre 1990 e 2000, apesar do forte potencial agrícola, consolida-se no Paraná o modelo urbano industrial, superando o setor primário que, em 1940, respondia por 40% da renda gerada sendo superada pela produção industrial

em 1996, com quase 50% dessa renda que continuou elevando-se (IPARDES, 2005).

O estado integrou-se à economia nacional com indústrias de capital estrangeiro, principalmente as localizadas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC)<sup>4</sup> e Região Metropolitana de Curitiba, como as automobilísticas em São José dos Pinhais, em 1998, a refinaria de petróleo da Petrobrás, em Araucária, e outras em grande parte, desdobramentos econômicos gerados pelos grandes empreendimentos.

O interior do Paraná não permaneceu estagnado, mas, apresentou ritmo mais lento e fortemente baseado em setores ligados à transformação de produtos da agropecuária. Também aumentou sua participação nos gêneros mobiliário, papel e papelão, vestuário e calçados, couros e peles, materiais plásticos, mecânicos e material elétrico e de comunicação (TRINTIN, 2006, p. 153). Lembramos que as atividades industriais além da capital e Região Metropolitana, convergem para as cidades de maior centralidade na rede urbana, quais sejam: Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel respectivamente, distribuindo-se em menor quantidade para outras cidades de menor porte.

Os desdobramentos da concentração populacional, da industrialização, modernização agrícola e urbanização, no que tange à constituição da rede de cidades, resultaram, segundo dados do IBGE de 2010, além da capital com 1.751.907 habitantes (IBGE, 2010), em 373 centros locais com população até 50 mil habitantes, 13 cidades de pequeno porte mais relevantes por apresentarem população entre 50 e 100 mil habitantes e 11 cidades de porte médio com população entre 100 e 500 mil habitantes<sup>5</sup>, e uma grande cidade com população superior a 500 mil habitantes.

Conforme exposto no Quadro 02, na década de 1970, a distribuição das cidades com população até 50 mil habitantes compreendia apenas a Paranaguá que em 2000 elevou sua categoria para cidade de porte médio, assim como Apucarana e Pinhais. As cidades de porte médio na década de 1970, compreendiam à Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Nas décadas que seguiram até 2010, outras cidades apresentaram evolução populacional

---

<sup>4</sup> Implantada em 1973, como objetivo das políticas de desenvolvimento estadual e nacional.

<sup>5</sup> Denominamos as sedes de municípios com população até 50 mil habitantes como centros locais. O IBGE não realiza essa subdivisão e classifica como pequenas as cidades com população até 100 mil habitantes.

ampliando o número de centros urbanos entre 50 e 500 mil habitantes e o destacando-se ainda, Londrina como grande cidade com população superior a 500 mil.

<b>Quadro 02: Cidades no Paraná (exceto a capital) com população entre 50 e 100 , 100 e 500 mil e, mais de 500 mil por décadas.</b>			
<b>Década</b>	<b>Cidades entre 50 e 100 mil hab.</b>	<b>Cidades entre 100 e 500 mil hab.</b>	<b>Cidade com mais de 500 mil hab.</b>
<b>1970</b>	Paranaguá.	Londrina, Maringá, Ponta Grossa.	
<b>1980</b>	Guarapuava, São José dos Pinhais, Colombo, Apucarana, Paranaíba, Umuarama.	Foz do Iguaçu, Cascavel.	
<b>1990</b>	Almirante Tamandaré, Arapongas, Araucária, Cambe, Campo Largo, Campo Mourão, Telêmaco Borda, Toledo.	São José dos Pinhais, Colombo, Guarapuava.	
<b>2000</b>	Cianorte, Fazenda Rio Grande, Pato Branco, Sarandi, Francisco Beltrão.	Apucarana, Paranaguá, Pinhais.	
<b>2007</b>	Rolândia.	Araucária	
<b>2010</b>		Toledo	Londrina
Fonte: Censos IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e estimativa IBGE, 2007. Org.: FERREIRA, S. C., 2010			

As cidades dispostas no quadro, somadas aos 373 centros com população inferior a 50 mil habitantes, articulam-se no estado à redes mais densas de cidades como as lideradas por Londrina, Maringá e seu entorno, Cascavel e seu entorno, Ponta Grossa articulada a Curitiba e seu entorno, além de outros espaços com descontinuidade e poucas cidades com mais de 50 ou mais de 100 mil habitantes, como Guarapuava e seu entorno. A Figura 01 auxilia na compreensão da distribuição dessas cidades em 2007 segundo as pesquisas do IBGE/REGIC publicadas em 2008.

As regiões Norte, Oeste e a de Curitiba e Região Metropolitana estendendo até Ponta Grossa concentram maior número de cidades com dinâmica socioeconômica mais intensa, constituindo pontos importantes para a realização de interações em rede.



Desde a década de 1980, quando no Paraná a concentração de pessoas nas cidades superou o número de residentes no campo, as urbes com mais de 50 mil habitantes e, sobretudo aquelas com população entre 100 e 500 mil, exercem papel de dinamização apresentando níveis de desenvolvimento urbano, econômico e populacional demarcando geograficamente a rede urbana do estado (MOURA, 2004).

Ressaltamos que essa categoria de cidades no Paraná teve importância reforçada com às políticas de desenvolvimento do I e II PND, pelo Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio – PNCCPM<sup>6</sup>. Entre 1979 e 1980, foram incluídas nesse programa Londrina Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Paranaguá e Guarapuava, como potenciais para o desenvolvimento de suas respectivas hinterlândias.

Grande parte dos investimentos estiveram voltados para a implantação de infraestruturas em energia, transportes, telecomunicações e de empreendimentos que alavancassem a cidade economicamente. No entanto, as políticas empreendidas em âmbito estadual pelo PND, elaborado em 1972, como apresentamos anteriormente não atuaram em total convergência ao I e II PND do governo federal no que diz respeito ao PNCCPM.

Em escala estadual, foi mantido o projeto original do governo paranaense, no qual, os investimentos principais deveriam se destinar para Curitiba, Paranaguá pelas conexões favorecidas por meio do porto, Londrina, Maringá, estendendo à região Oeste na qual, o objetivo foi Cascavel.

Portanto, embora fizesse parte do programa do governo federal, Guarapuava e sua região não foram priorizadas pelo programa de desenvolvimento estadual na década de 1970 como área potencial, havendo assim, uma divergência entre os objetivos governamentais nesse aspecto. Salienciamos que a referida cidade, constitui a maior centralidade entre pequenas cidades na região de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado (IPARDES, 2005).

---

<sup>6</sup> Ressaltamos que a referida equipe adotou, em 1974, como critério o patamar demográfico de cidades entre 50 e 250 mil habitantes para tal categoria de cidades e, nesse caso, o Paraná apresentava cinco cidades sendo estas: Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Paranaguá e Guarapuava.

Dessa maneira, as transformações socioespaciais que ocorreram no Paraná no decorrer do tempo, sobretudo após a década de 1970, com a reorganização de seu espaço em função da modernização agrícola, da industrialização, da dinâmica demográfica, o movimento populacional rumo às cidades e a distribuição espacial dos centros urbanos com maior número populacional, resultaram na configuração de uma rede urbana com cidades distribuídas regionalmente demonstrando diferenças quanto ao nível de centralidade e de interações espaciais, como abordamos no texto a seguir.

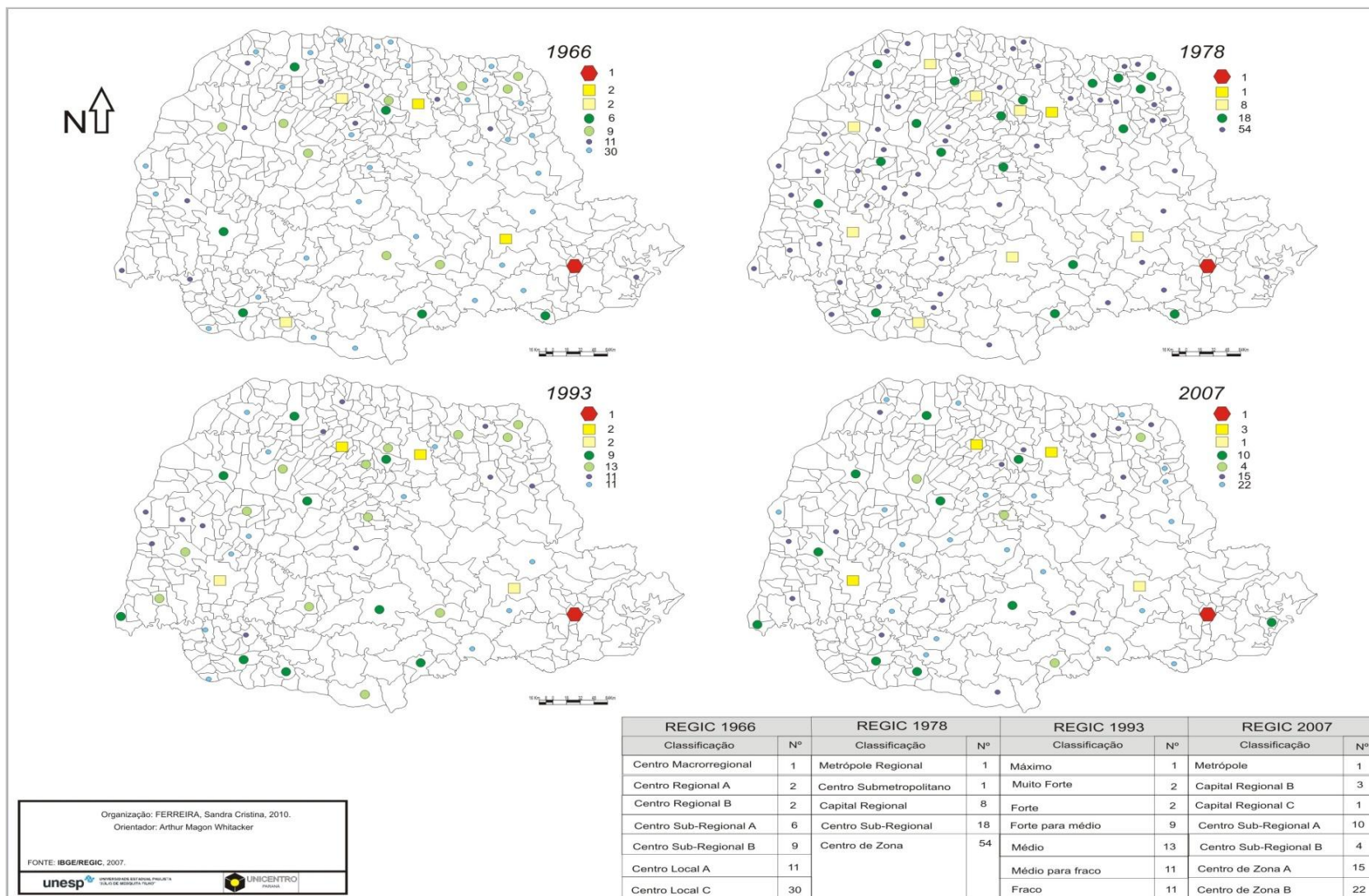
### **Evolução hierárquica das cidades na rede urbana do Paraná de 1966 a 2007**

Tomando por referência os estudos realizados pelo IBGE/REGIC de 1966 a 2007, apresentamos as principais alterações na posição das cidades na hierarquia urbana no decorrer do mencionado período e a configuração da rede urbana paranaense em 2007.

Na Figura 02 encontra-se a distribuição das principais hierarquias no estado segundo o ano em que foi realizada a pesquisa e auxilia na leitura e entendimento da evolução da hierarquia de centros da rede urbana do Paraná por décadas por meio de um número que corresponde ao posicionamento de cada cidade na hierarquia urbana. Em 1966, encontravam-se Londrina e Ponta Grossa, como Centros Regionais A, e Maringá e Pato Branco como Centros Regionais B, destacando-se o importante papel desempenhado por Ponta Grossa e Pato Branco nessa época, bastante modificado, cada qual por suas especificidades, comparativamente a 2007, que classifica Ponta Grossa como Capital Regional C, tendo em posições superiores Londrina, Maringá e Cascavel (Capitais Regionais B); Pato Branco se mantém como Capital Regional na pesquisa de 1978, mas na atual é classificado como Centro Sub-regional A.

Entre essas categorias superiores, cabe menção a Cascavel, que em 1966 classificava-se como Centro Sub-regional A, passando em 1978 à Capital Regional, e na pesquisa mais recente, encontra-se como Capital Regional B. A pesquisa de 1993 adotou um novo padrão classificatório, mas que guardava correspondência com as categorias anteriormente definidas. Revelou um reequilíbrio na rede de cidades, seja por detalhes metodológicos seja pelo próprio rearranjo sofrido e consolidado pelo conjunto de centralidades.

Figura 2: Evolução das cidades na rede urbana do Paraná – (1966, 1978, 1993, 2007)



A classificação resultante se expressa em níveis de centralidade, e, no nível máximo, enquadra-se apenas Curitiba. No nível muito forte enquadram-se Londrina e Maringá, havendo um descenso de Londrina, ofuscada tanto pelo crescente poder concentrador de Curitiba quanto pela ascensão de Maringá, que se posiciona entre os principais centros do Paraná. Ressalte-se que as duas Capitais Regionais A, identificadas em 1966, diziam respeito a Londrina e Ponta Grossa, e que esta última deve seu declínio na hierarquia pela proximidade com Curitiba.

A pesquisa de 1978 introduziu a categoria de Centro Sub-metropolitano, como segunda posição na hierarquia de centros do Brasil, que não se manteve nas pesquisas sub-sequentes. Londrina ocupou essa posição num momento em que a economia do Estado ainda não estava tão concentrada no entorno de Curitiba, durante o apogeu econômico do Norte Central, ficando na segunda posição entre os centros da Região Sul.

O declínio de Londrina na escala estadual da rede urbana associa-se à consolidação da indústria no espaço metropolitano, com a implantação da Refinaria da Petrobrás e a criação dos distritos industriais de Curitiba e Araucária, que impulsionaram a concentração da renda, a diversificação produtiva e o âmbito do comércio e serviços, assim como a qualificação do espaço metropolitano, distanciando, nessa escala, cada vez mais a metrópole de Curitiba de Londrina e dos demais centros paranaenses.

Os resultados da pesquisa de 1978 registraram também o período em que a modernização do campo provocou intenso êxodo do rural para o urbano, reforçando um grande conjunto de centros regionais no interior do estado, sendo identificados quatro Centros Regionais na pesquisa de 1966, passando a oito, na categoria compatível da pesquisa de 1978 (Figura 02). Estavam, assim, definidos em 1993 dois conjuntos importantes de centralidades no estado: o metropolitano, considerando Ponta Grossa em seu entorno mais distante, com um centro de nível máximo e outro de nível forte; e o do Norte Central, com dois centros de nível muito forte. Esses conjuntos se mantêm como os mais expressivos do estado na pesquisa de 2007.



Estudos do IPARDES (2004; 2005) apontam para uma aproximação espacial de centralidades no Norte Central paranaense, com as ACPs (Áreas de Concentração Populacional) de Londrina e Maringá polarizando um conjunto urbano que ainda conta com Apucarana, classificado como Centro Sub-regional A, e para uma organização mais complexa, unindo, numa mesma espacialidade, as ACPs de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, com seus respectivos municípios aglomerados.

A pesquisa de 2007 ainda revela um novo elo importante da rede, que se fortalece no Oeste paranaense, com a ascensão de Cascavel à categoria de Capital Regional B. Alguns estudos (IPARDES, 2008; REOLOM, 2007) apontam inclusive a configuração de uma aglomeração bipolarizada por Cascavel e Toledo, este classificado como Centro Sub-regional A, além da conformação de um eixo, a partir dessa aglomeração, articulando um conjunto de pequenas centralidades, sendo Foz do Iguaçu, também classificado como Centro Sub-regional A (IBGE/REGIC, 2008). Os Centros Sub-regionais mostram pouca alteração nesses anos, elevando-se de 15, em 1966, para 18, em 1978, declinando para 14, em 2007. Ocorreu um movimento de ascensão e declínio entre os centros nessa hierarquia; alguns tiveram elevação em sua posição hierárquica ao longo do período, outros oscilaram, elevando-se ou decaindo na pesquisa intermediária, enquanto outros perderam posição:

- Apucarana, Paranaíba, Umuarama e Guarapuava classificaram-se como Capitais Regionais em 1966, elevando-se à categoria de Centros Regionais, em 1978, retornando à posição inicial, em 2007, como Centros Sub-regionais.
- Francisco Beltrão, União da Vitória, Campo Mourão, Cianorte e Santo Antônio da Platina mantiveram-se na classificação de Centros Sub-regionais nas três pesquisas. - Ivaiporã e Toledo elevaram-se de Centros Locais, em 1966, para Centros Sub-regionais nas demais pesquisas; e Foz do Iguaçu e Paranaguá mantiveram-se como Centros Locais . em 1966, na categoria correspondente Centros de Zona, em 1978, elevando-se para Centros Sub-regionais em 2007.
- Araçongas, Cornélio Procópio, Irati, Jacarezinho e Rio Negro declinaram de Centros Sub-regionais, nas pesquisas de 1966 e 1978, para Centros de Zona,

na de 2007. - Jandaia do Sul, Ibaiti, Loanda, Nova Esperança e Bandeirantes, em 1966, foram considerados Centros de Zona, elevando-se para Centros Sub-regionais, em 1978, retornando à posição de Centros de Zona em 2007.

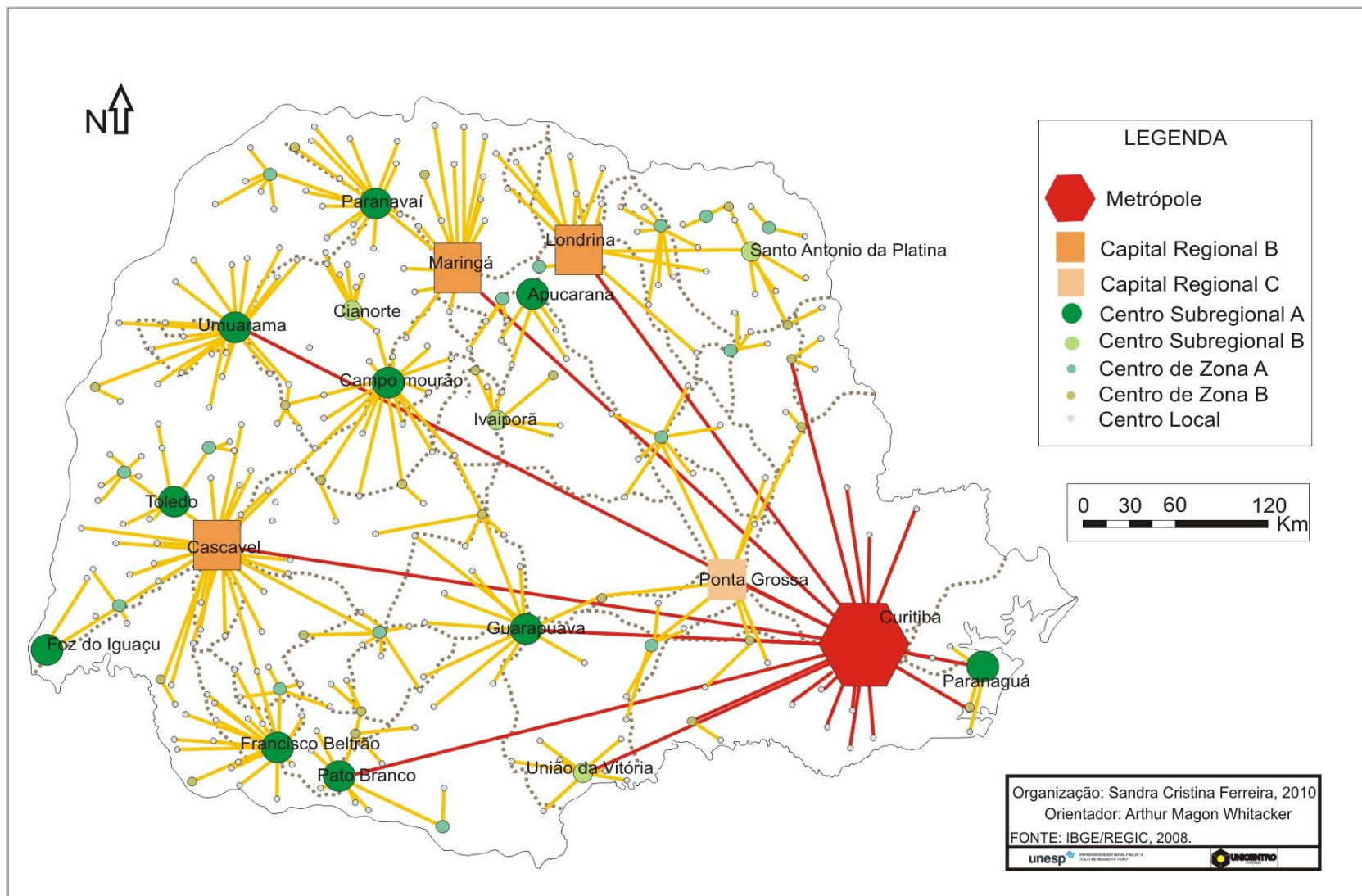
Entre os demais centros, percebe-se ainda alguma alteração favorável no grau inferior da hierarquia em Laranjeiras do Sul e Palmas, que ascendem de Centros Locais B, em 1966, para Centros de Zona A, em 2007. Laranjeiras do Sul, havia apresentado nível Médio em 1993 que equivaleria a Centro Sub-regional B em 2007, tendo portanto, regredido em sua posição de 1993 para 2007, embora tenha elevado de 1966 para 2007.

Desse conjunto de cidades resultou, em 2007, a configuração de uma rede urbana com poucas alterações quanto aos papéis das cidades o que reforça algumas centralidades como Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa estendendo até Curitiba conforme demonstra a Figura 03, com a distribuição das cidades e respectivas regiões de influência, permitindo perceber as áreas de maior e menor concentração de cidades e a formação de fluxos.

Assim como nas hierarquias inferiores dessa rede, como uma tendência anteriormente mencionada, ocorreu um maior número de ascensões, principalmente entre centros que atingiram 50 e 100 mil habitantes nesse período ou que declinaram em população e dinâmica. A área com menos fluxos e articulações à rede compreende a região Central do estado que configura um espaço com cidades mais dispersas e menos articuladas.

Percebemos que na configuração da rede urbana paranaense em 2007, levando-se em conta os parâmetros demográficos e econômicos, torna-se evidente a primazia de Curitiba frente às demais cidades do estado. Destacam-se, também, importantes centros paranaenses como Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa que dinamizam e contribuem para um relativo equilíbrio na intensidade dos fluxos que caracterizam a rede urbana, diminuindo vetores ou a intensidade destes rumo à Curitiba. No entanto, a rede urbana paranaense prossegue com áreas caracterizadas por uma dinâmica econômica menos intensa, assentadas em municípios menos pujantes e distantes de áreas de influência das principais cidades que continuam fortemente dependentes de Curitiba.

Figura 03: Classificação e região de influência das cidades no Paraná-2007



## **Considerações Finais**

Os processos de industrialização, urbanização e as mudanças socioespaciais que se propagaram diferentemente pelo território brasileiro contribuíram para a formação da rede urbana com hierarquias entre as cidades desde os maiores centros urbanos, representados pelas metrópoles nacionais, aos centros locais. Como ressaltamos nesse texto, as cidades mais expressivas na rede urbana paranaense, referem-se à Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, ou seja, as quais foram contempladas pelos programas de desenvolvimento estabelecidos pelo governo federal e priorizadas pelo governo estadual para a interiorização econômica e populacional.

Nesse sentido enfatizamos o condicionamento da decisão política sobre as questões econômicas na definição da rede de cidades e a difícil superação das dificuldades socioeconômicas em espaços não privilegiados por interesses políticos como a região Central do estado evidenciada na Figura 03. Outra questão que emerge, refere-se ao fato de que a concentração da oferta de bens e serviços nas cidades de porte médio e capital do Paraná, resultam na dependência da maioria das cidades por esses centros urbanos. Assim, apesar de disponibilizarem maior quantidade de equipamentos urbanos para o atendimento populacional, sua própria demanda somada à de outras cidades, faz com que predomine a insuficiência e precariedade no atendimento, principalmente nas áreas de saúde e educação, sobretudo, aqueles referentes ao setor público.

## **Referencias Bibliográficas**

CORRÊA, Roberto Lobato. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. In: Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 1992.

IBGE (1996). **Aglomeraciones Urbanas para Fins Estatísticos**. Rio de Janeiro, 1996.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados censitários 1940 A 2010**. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em julho de 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contagem da população. 2007. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em abril de 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativa da população. 2009. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acessado em abril de 2010.

IBGE. **Regiões de Influência de Cidades – 1966**. Rio de Janeiro. IBGE, 1972.

IBGE. **Regiões de Influência de Cidades – 1973**. Rio de Janeiro. IBGE, 1987.

IBGE. **Regiões de Influência de Cidades – 1993**. Rio de Janeiro. IBGE, 2000.

IBGE. **Regiões de Influência de Cidades – 2007**. Rio de Janeiro. IBGE, 2008.

IPARDES. **Paraná: economia e sociedade**. Curitiba, 1982.

IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**. Curitiba, 2004.

IPARDES. **Os vários Paraná: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional**. Curitiba, 2005.

IPARDES. **Os vários Paraná: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional**. Curitiba, 2006.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro: 1.a fase: caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007. 138 p.

IPARDES. **Os Vários Paraná**. Oeste paranaense: especificidades e diversidades. Curitiba, 2008.

LUZ, Cirlei F.C. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava**, Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, 1988.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. R. RAÍÇA, Curitiba, n. 8, p. 33-44, 2004.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**, São Paulo: Hucitec, 2006.

PARANA. **Governo do Estado e Desenvolvimento Urbano**. Curitiba, 1974.

REOLON, C. A. **A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião Oeste Paranaense**. 2007. Dissertação (Mestrado) - UNIOESTE/Campus de Toledo, Toledo, 2007.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970-2000**. Eduem, 2006.